



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA BRÍGIDA-BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.107.939/0001-76

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do centro de saúde 24h, SAMU, PSFS SEDE I, II, III Minuim, Marancó, colônia, km 40, conforme planilha em anexo.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A aquisição dos itens dispostos neste Termo para atender a secretaria de saúde e seus setores, que necessitam de gêneros alimentícios para o consumo diário, durante o expediente de trabalho, tendo em vista que, as atividades laborais são desenvolvidas em tempo integral. Neste sentido, a administração deve prover condições mínimas de conforto e bem estar aos servidores;

2.2. Justifica-se que a falta de alimentação dentro das UBS (Unidades Básicas de Saúde), SAMU e Centro de saúde causará um caos para Administração Pública do município;

2.3. A Secretaria Municipal de Saúde, necessita de gêneros alimentícios para ofertar aos servidores e, em alguns casos, aos pacientes que são atendidos nas Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Urgência e Emergência, SAMU;

2.3. Ressaltamos que os plantonistas, profissionais de saúde das unidades e sua permanência dentro das mesmas é de suma importância para o bom atendimento aos pacientes.

3.ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS:

3.1 Os Itens serão destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem nas exigências de direito de preferência de que trata o Art. 48, Inciso I, da Lei Complementar nº. 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº. 147/2014).

3.2 Para cada item especificado deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte, sediadas local ou regionalmente com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, inciso II da Lei Complementar nº. 123/2006, tornando o item de ampla disputa. Utilizando a definição prevista no Art. 1º, § 2º, Incisos I e II do Decreto Federal nº 8.538/2015, considera como sediadas em âmbito local as empresas constituídas nos limites geográficos do município onde será executado o objeto da contratação e nos municípios que fazem divisa com o mesmo. Quanto ao âmbito regional, considerar-se-ão aquelas empresas constituídas nos limites geográficos do Estado da Bahia.

3.3 Os itens: Destinado a todas as Empresas que se enquadrem nas exigências deste edital.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD
01	AÇÚCAR CRISTAL, REFINADO DE PRIMEIRA QUALIDADE. OBTIDO DE CANA DE AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO PRÓPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MÍNIMO DE 99%P/P E UMIDADE MÁXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO. EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS ÍNTEGROS HERMETICAMENTE FECHADOS CONTENDO 1 KG, ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS, FARDO COM 30 KG.	FD	30
02	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: PRODUTO DE 1ª QUALIDADE, NÃO CONTÉM GLÚTEN, EMBALAGEM 250G, FARDO COM 20 PCT.	FD	60
03	MARGARINA PRODUZIDA EXCLUSIVAMENTE DE GORDURA VEGETAL, COM ADIÇÃO DE SAL, EM POTES DE POLIPROPILENO COM LACRE DE PAPEL ALUMINIZADO, 500 MG, CAIXA COM 12 UND.	CX	20
04	FLOCOS DE MILHO PRÉ – COZIDO, AMARELO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO, RANÇO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM DE 500G, FARDO COM 30 UND.	FD	20
05	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE PACOTE DE 500G, FARDO COM 20 UND.	FD	30
06	ÓLEO DE SOJA REFINADO. GARRAFA PETI CONTENDO 900 ML, CAIXA COM 20 UND.	CX	20
07	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA E SAL, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIPROPILENO, ATÓXICO HERMETICAMENTE VEDADOS COM NO MÍNIMO 400G E EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO LIMPA, CAIXA COM 20 UND.	CX	80
08	BOLACHA DOCE ENRIQUECIDO COM VITAMINAS PCT 400G, CAIXA COM 20 UND.	CX	80
09	EXTRATO DE TOMATE, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DE TOMATE, COPO DE 190G, CAIXA COM 24 UND.	CX	25
10	CALDO GALINHA C/24,UND.	CX	20
11	OVO DE GALINHA, PESO MÉDIO DE 50 G.	DZ	300
12	SAL REFINADO, IODADO PACOTE DE 1 KG	KG	30
13	FARINHA DE MANDIOCA, GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA, CLASSE BRANCA, TIPO 1, PACOTE COM 1 KG.	KG	120
14	VINAGRE DE ÁLCOOL GARRAFA 500 ML, FARDO COM 12 UND.	FD	07
15	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, EMBALAGEM DE 1 KG EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, FARDO COM 30 KG.	FD	15
16	ARROZ PARBOILIZADO CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, LONGO, COM 3% DE FIBRA, CONSTITUÍDOS DE GRÃOS INTEIROS, EMBALAGEM DE 1 KG EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, FARDO COM 30 KG.	FD	20
17	EMBUTIDO DE CARNE BOVINA PACOTE 1 kg (LINGUIÇA)	KG	150
18	COLORÍFICO EM PÓ FINO HOMOGÊNEO, OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE URUCUM, PACOTES DE 97G FARDO COM 10 UD.	UN	15
19	LEITE EM PÓ INTEGRAL COM 9% DE PROTEÍNA PACOTE DE 200G, FARDO COM 50 UND.	FD	40
20	TEMPERO MISTO PACOTE COM 97G, FARDO COM 10UN.	UN	15
21	CARNE BOVINA PATINHO DE PRIMEIRA SEM OSSO KG	KG	450
22	PEITO DE FRANGO CONGELADO COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 6%. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, COM REGISTRO NO SIF OU SISP.	KG	650
23	FILE DE PEIXE KG	KG	10

4. ESTIMATIVA DE CUSTOS

4.1. A estimativa dos custos dos bens a serem adquiridos foi realizada mediante pesquisa de preço com três fornecedores e a estimativa de preço obtida foi de **R\$ 137.459,33 (Cento e trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos)**

5. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

5.1 Para a aquisição deste objeto será por licitação, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

6.2 A contratação será realizada através da Lei 14.133/21.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A proposta para compra de gêneros alimentícios para ofertar aos servidores e, em alguns casos, aos pacientes que são atendidos nas Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Urgência e Emergência, SAMU da secretaria de saúde conforme a demanda, contribui para a saúde dos usuários atendidos nos Setores por um período de 12 (doze) meses;

7.2 A contratação do objeto será realizada através da licitação de acordo com a lei 14.133/2021.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

8.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.4 A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

8.5 O fiscal técnico da nota de empenho acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO;

9.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- a) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de Pessoa física identificação em todo o território nacional;
- b) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva Empresa individual sede;
- c) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja Microempreendedor Individual - MEI aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas responsabilidade limitada - EIRELI Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da Sociedade empresária estrangeira União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada Sociedade simples de documento comprobatório de seus administradores;
- g) inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10. DO QUANTITATIVO

10.1 A Secretaria de Saúde não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os produtos de acordo com a sua necessidade.

11.DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 as empresas participantes do processo licitatório deverão indicar na proposta de preços a marca dos produtos pesquisados, sob pena de desclassificação;

11.2 os preços deverão ser pesquisados de forma unitária e total dos produtos, já incluídos os tributos, encargos, fretes, seguros e demais ônus, sendo que o vencedor será aquele licitante que ofertar o menor preço unitário, com somente duas casas decimais após a vírgula, conforme características solicitadas do objeto.

12. CONDIÇÕES ESPECIAIS:

12.1 Os produtos a serem fornecidos devem atender ao disposto na legislação de alimentos, vigente no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme prevê a ANVISA na PORTARIA nº 1.428, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1993 e RESOLUÇÃO RDC 216, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004;

12.2 Devem estar explícitas no rótulo, conforme a legislação em vigor a data de fabricação, o prazo de validade, as informações nutricionais dos alimentos e a identificação do fabricante ou fornecedor.

12.3 Os produtos estarão sujeitos à aceitação pela Secretaria municipal de Saúde, a qual caberá o direito de recusar, caso o(s) material (ais) não esteja de acordo com o especificado;

12.4 O objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com os quantitativos informados na nota fiscal;

12.5 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação formal do pedido do produto.

12.6 Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente e dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.

13. LOCAL DE ENTREGA:

13.1 Os produtos deverão ser entregues no endereço: Secretaria Municipal de Saúde, Avenida Rui Barbosa, S/N Centro, 48.570-000 Tel.: (75) 999390065.

14. PRAZO DE ENTREGA:

14.1 O prazo de entrega dos produtos será de acordo com o recebimento da Ordem de Entrega expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:

14.2 Os Itens solicitados deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Entrega.

15. FORMA DE PAGAMENTO:

15.1 Até o 30º (trigésimo) dia após a entrega dos gêneros alimentícios, com nota fiscal devidamente atestada por servidor responsável;

15.2 Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se obrigatório a emissão de Notas Fiscais Eletrônica - NF-e

16. PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1 A vigência do Contrato, contar-se a partir de sua assinatura, fundamentada no Art. 106 da lei de licitação 14.133/21.

17. EXECUÇÃO DO CONTRATO:

17.1 deverá ser acompanhada e fiscalizada Através de servidor designado, com poderes para verificar se os itens serão entregues de acordo com o especificado, advertir sobre falta de qualquer natureza. Será responsável pela fiscalização do contrato a representante Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Saúde, Matrícula nº 6247, o senhor **MARCELO MAGALHAES SILVA**, CPF: 047.398.235-86 pelo fone (75) 999390065.

18. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

18.1. Os contratos decorrentes deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

18.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o do art. 125 da Lei nº 14.144, de 2021.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.11.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.111: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE

2.112: MANUTENÇÃO DO BLOCO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

3.3.9.0.30-MATERIAL DE CONSUMO

1.500.1002.00 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

1.600.0000.00 – TRANSF. SUS – GOV. FEDERAL – BLOCO DE MANUTENÇÃO

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1 A empresa contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, o produto que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

18.2 A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do material, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos produtos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;

18.3 Manter entendimento com a SMS objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos produtos;

18.4 Entregar o objeto da presente pesquisa nas condições e prazos estabelecidos seguindo orientações SMS;

18.5 Responsabilizar-se pela procedência, qualidade e entrega dos produtos.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1 A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionários da Secretária da SMS e ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da

Contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados;

19.2 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

19.3 Acompanhar a entrega dos produtos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

19.4 Fornece as instruções necessárias à execução da entrega dos produtos e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;

19.5 Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada.

13. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Santa Brígida-BA, 26 de maio de 2026.

Layane Mello Lima
Secretária de Saúde